

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.643.040 - RS
(2019/0380900-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : IRINEU ESCOBAR DE MELO
ADVOGADOS : JAQUELINE KOLANKIEWICZ VIEGAS - RS093343
ELENITA BENTZ - RS093396
EMBARGADO : PEROBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO NOAL DORFMANN - RS012087
ANTÔNIO MÁRIO SANT ANNA BIANCHI - RS047170
FRANCISCO DE PAULA QUEIROZ FILHO E OUTRO(S) -
RS068769
CINARA CORTES DA SILVA - RS105063

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão (fls. 292/296, e-STJ), por meio da qual neguei provimento ao agravo em recurso especial interposto pela parte ora embargada.

A parte embargante, em suas razões, alegou a ocorrência de contradição. Narrou que fixei os honorários advocatícios de sucumbência em dez por cento sobre o valor da condenação, mas que o Tribunal de origem já havia arbitrado os honorários em dezessete por cento incidentes sobre essa base de cálculo. Requereu, assim, a fixação dos honorários em 20%.

Não foi apresentada impugnação, conforme certidão de fl. 318, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não houve contradição na decisão embargada. Diferentemente do que alegou a parte embargante, os honorários não foram arbitrados em dez por cento sobre o valor da condenação, mas, sim, houve um incremento de dez por cento sobre a quantia que já havia sido arbitrada a título de honorários, como se depreende da leitura do dispositivo da decisão (fls. 296, e-STJ):

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Em face do exposto, ausente a contradição alegada, rejeito os embargos de

Superior Tribunal de Justiça

declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora